

# REAL BASÍLICA DE MAFRA:

## Salão de Trono e Panteão de Reis

António Filipe Pimentel\*

### Resumo

Comunicação ao Simpósio **Mafra Barroca**, o qual se integrou no ciclo de homenagem ao Prof. Ayres de Carvalho. Relaciona a edificação do Convento de Mafra, dando destaque à Basílica no enquadramento do edifício, com a grande Patriarcal de Lisboa, projecto imenso que D. João V tentou pôr em prática como imagem dos princípios ideológicos de centralização do poder próprios das Luzes e perfilhados pelo Rei.

### Abstract

Lecture presented to the Symposium **Mafra Barroca**, which was part of the Ceremonies in Honour of Prof. Ayres de Carvalho. It deals with the building of Mafra Monastery, showing that its Church and the Lisbon Patriarchal Church had some details in common. Both were part of a great project by king João V, concerning his ideological policy.

---

\* Assistente do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



Creio que a melhor forma de iniciar esta comunicação ao Simpósio **Mafra Barroca**, integrado no ciclo de homenagens ao Prof. Ayres de Carvalho é citar o próprio historiador quando, em 1962, na sua obra fundamental **D. João V e a Arte do seu tempo**, afirmava que a Basílica de Mafra era “a consequência lógica da grande Patriarcal de Lisboa, que el-Rei D. João V sonhou e viu planeada, mas que nunca chegou a realizar” (1).

Efectivamente, a falência dos projectos lisboetas do monarca e da sua ambição de erguer, na vertente de Buenos Aires, um grandioso complexo de Palácio Real e Sé Patriarcal que centralizasse os dois braços, secular e eclesiástico, em que se estruturava a Corte portuguesa, levá-lo-ia a consubstanciar em Mafra essa ideia de poder que o animava e que as circunstâncias pareciam apostadas em impedir que se realizasse na sua capital (2). Em conformidade com ela, o cenóbio franciscano que, desde 1717 (3), se vinha erguendo no Alto da Vela, veria os seus planos subitamente alterados e, em seu lugar, surgiria uma gigantesca construção de cerca de 40 000 m<sup>2</sup>, composta de Basílica, Convento e Palácio Real e destinada a constituir uma verdadeira ilustração visual da fundamentação ideológica do Estado, tal como ela apareceria estruturada no *Portugal Joanino*.

Na verdade, reinando sobre um País marcado por uma conjuntura ainda fortemente seiscentista, dispondo de um poder frágil, mal apetrechado de instrumentos de dominação e agindo sobre um tecido social fértil em tensões e refractário a mudanças (4), o monarca empenha uma parte significativa das suas energias na criação de mecanismos imagéticos capazes de eliminar as resistências pela via psicológica. Assistir-se-á, assim, sob a sua direcção, à dinamização, a um nível de sofisticação sem precedentes entre nós, de um potencial de meios cénicos e de propaganda que visa dotar o poder de uma eficácia que, realmente, não possui e que terá por núcleo fundamental a Corte e o Palácio.

Porém, a resistência com que se depara ainda nesta área, levá-lo-á, no que se refere à estrutura áulica, a hipertrofiar o sector eclesiástico da Corte, em oposição ao civil, cujo desenvolvimento impedem o característico conservadorismo das práticas sociais e das mentalidades, bem como a relativa autonomia que o 2º estado conservaria até, pelo menos, à segunda metade da centúria (5). É este o significado da instituição do Patriarcado de Lisboa, como

---

(1) Ayres de Carvalho, **D. João V e a Arte do seu tempo**, Lisboa, Ed. do A., 1962, vol. I, p. 282.

(2) Cf. António Filipe Pimentel, **Arquitectura e Poder, o Real Edifício de Mafra**, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 1992, p. 120-138.

(3) A abertura dos alicerces, nos quais trabalhariam desde a primeira hora 400 a 600 homens, iniciara-se no ano anterior de 1716, mas as paredes do Convento apenas começariam a erguer-se a partir de 17 de Novembro de 1717, data do lançamento da pedra fundamental. Cf. **idem, ibidem**, p. 155-157.

(4) Veja-se **idem, ibidem**, p. 17-63.

(5) Veja-se **idem, ibidem**, pp. 67-119.

metamorfose da própria Capela Real. Através dele, o **Magnânimo** alcançaria, enfim, outorgar à Corte lisboeta esse brilho que ambicionava e se via impedido de procurar nas grandiosas funções mundanas que, além fronteiras, constituíam o cerne do espectáculo áulico, muito embora a instituição não deixasse de perseguir, em simultâneo, mais pragmáticas razões políticas (6). A Patriarcal converter-se-ia, assim, no centro emotivo da vida palaciana e o extraordinário engrandecimento das funções do Paço reflectia-se directamente sobre a pessoa real, a quem todo aquele fausto se dirigia e que ficava assim sendo o único príncipe católico a possuir um papa por capelão, com tudo quanto este facto implicava no alvorecer do **Século das Luzes**.

Mas também a própria natureza do País real, onde a religião emergia ainda como força aglutinadora e, sobretudo, como a grande referência central, obrigavam a construir a imagem do poder sobre arquétipos eclesiásticos. A eliminação das resistências, a passividade com que é acatado, a sua *justa* natureza, enfim, parecem efectivamente depender de uma operação de transferência que se realiza verdadeiramente ao nível psicológico e que tem por finalidade revestir o poder real dessa dimensão sacral que o Poder na sua origem possui. Uma vez sacralizado, o Estado Absoluto adquire então, finalmente, a sua independência e a capacidade de vencer ou - o que é mais importante -, de evitar oposições. É apenas então que, por ironia, pode ter início uma verdadeira laicização do sistema.

Num contexto desta natureza, o Palácio do Rei não poderia conceber-se simplesmente como um palco destinado à exibição da liturgia régia, um cenário faustoso e mundano, na esteira de Versailles, mas antes como uma grande evocação dos princípios que legitimavam a autoridade do monarca. É esse o significado transcendente da distribuição sectorial no interior do colosso mafrense - “hum Convento de trezentos Frades, recolhida toda esta maquina dentro em hum Palacio”, como escreveu Fr. Cláudio da Conceição (7); ou, nas palavras de D. António Caetano de Sousa, é “toda esta grande fabrica do Convento, e Igreja, cercada por hum Palacio, que unindo-se por huma, e outra parte com o frontispicio da Igreja, tendo nos ângulos dous soberbos pavilhões, forma a mayor, e mais magnifica frontaria, que se pode ver” (8).

Com efeito, a maturação da *ideia* real, de que os projectos juvenianos tinham constituído uma primeira e ainda, provavelmente, imperfeita etapa, alcançaria, com o correr do tempo, uma sistematização de tal modo elaborada que se iria reflectir na criação de um edificio ímpar, sujeito a uma radical e, a bem dizer,

---

(6) Sobre a natureza das razões que levaram à instituição do Patriarcado de Lisboa veja-se **idem**, **ibidem**, p. 109-119.

(7) **Gabinete Histórico**, Lisboa, 1820, t. VIII, p. 75.

(8) **História Genealógica da Casa Real Portuguesa**, Coimbra, 1949, v. VIII, p. 137.

espartana coerência, de tal modo que seria impossível retirar-lhe qualquer das suas partes sem prejudicar a harmonia do conjunto. Os palácios gémeos, do Rei e da Rainha, estreitando a gigantesca mole no seu férreo amplexo e submetendo-a ao seu império indiscutido, imprimem-lhe o seu máximo carácter representativo enquanto estrutura ilustrativa do poder, sistematizado exemplarmente ao nível da fachada.

No coração do enorme complexo, o Convento resumiria, afinal, o sentido espiritual do monumento e a ambição do monarca de cimentar o seu poder na própria fonte milenar do monaquismo ocidental, expresso na vontade determinada de o converter na mais prestigiosa fundação religiosa do País, cabeça da Província franciscana e centro de peregrinação onde multidões de fiéis se dirigiram a fim de ganhar as indulgências. Na sua dependência situar-se-ia também o Colégio, essa “Universidade de todas as ciências” de que fala Fr. Cláudio da Conceição, que justificara o aumento da lotação conventual de 80 para 300 frades e que contribuía também poderosamente para conferir ao enorme complexo a sua máxima expressão representativa (9).

Mas o grandioso núcleo gerador do programa arquitectónico, onde se procuraria concentrar a verdadeira essência da carga ideológica que enformava todo o monumento, seria a esplêndida Basílica Real. De facto e como relata um contemporâneo, “não quiz ElRey”, ao integrar na residência régia a clausura franciscana, “que se alterasse em couza alguma o Estatuto da Provincia da Arrabida” (10) e numa única questão modificaria, na verdade, o monarca, a regra seguida pelos franciscanos: ordena que o canto gregoriano substitua nos ofícios o canto tradicional dos capuchinhos; isto, afirmaria o duque de Cadaval, “por ser mais conforme ao uso da Igreja” (11).

Efectivamente, relata Fr. Cláudio da Conceição que Ludovice “unio de tal sorte o Convento ao seu Palacio, que a mesma Capella-Real era a Igreja do Convento, e os Frades os seus Capellães” (12). Nas palavras do erudito arrábido se espelha, pois, com límpida clareza, a função que ao espaço eclesial se destinava no interior do plano: mais que o local de oração dos humildes franciscanos constituía, verdadeiramente, a Capela palatina, prolongamento natural do Paço, que o incremento espectacular do culto havia convertido em Real Basílica, su-

(9) Veja-se António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 199-243.

(10) Guilherme José de Carvalho Bandeira, **Relação do Convento de Santo António de Mafra, suas oficinas e Pallacios que se fundarão misticos ao dito Convento**, ms., Mafra, 1730..., p. 7 (propriedade do Senhor José Eduardo Medeiros, Mafra); veja-se também D. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, t. VIII, p.137.

(11) Cf. Ayres de Carvalho, *op. cit.*, I, p. 286. Veja-se ainda sobre esta questão Fr. Cláudio da Conceição, *op. cit.*, t. VIII, p. 132-139 e P. Manuel Valença, **O último mestre de capela do Convento de Mafra, Fr. João da Soledade**, in *Colectânea de Estudos*, s. 2, a. 2, n. 1, Braga, 1951.

(12) *Op. cit.*, t. VIII, p. 84-85.

blinhandando desse modo subtilmente (como no Escorial), o carácter privado do recinto (13). Era a Patriarcal que D. João V não lograra erguer na sua capital e que concentraria em si a carga simbólica que o **Magnânimo** se empenhara em imprimir à sumptuosa instituição, justificando assim as palavras de Raczyński, que reconheceria nela “une imitation en miniature de l’église de Saint-Pierre” (14). Pelos meados de Setecentos, com efeito, escreveria em versos laudatórios um obscuro vate nacional que o “Nume Lusitano” nos “jaspes lavrar quiz portentoso/Huma inveja immortal ao Vaticano” (15).

No interior do Edifício Real, a Basílica constituiria, na verdade, o eixo gerador de todo o programa arquitectónico, símbolo eloquente do discurso ideológico que o monarca procuraria transmitir. É ela, de facto, o centro em redor do qual se organiza toda a construção e o pólo onde converge o grande esforço ornamental: os mármoreos lustrosos, as estátuas italianas, as ricas pinturas, os bronzes, os paramentos, os sonoros carrilhões, os órgãos retumbantes. Fundamentalmente, porém, é o cenário faustoso, especialmente arquitectado para albergar a liturgia sacralizadora do poder: o verdadeiro Salão do Trono do Palácio onde, nas cerimónias de maior esplendor, as régias personagens surgem englobadas na mesma devoção que envolve a divindade, nas tribunas que lhes são reservadas enquadrando o altar-mor, retomando assim, num processo de inegável transcendência, o esquema enunciado por Bernini, na Sede Pontifícia, com o trono do Apóstolo S. Pedro.

Efectivamente, as fontes contemporâneas esclarecem sem margem para dúvidas a funcionalidade desse extraordinário dispositivo cénico. Descrevendo as festividades que decorreram na Real Basílica, com assistência de D. José I e de toda a família real em Outubro de 1750 - o próprio ano da morte de D. João V -, relata o autor anónimo do conhecido folheto **Relação da plausível jornada** que fizeram “Suas Magestades, e Altezas mais decoroso este solemmissimo acto com as suas Reaes presenças das tribunas da Capella mór, que estavam primorosamente ornadas com a mesma armação de damasco carmesi guarnecida de galões, e franjas de ouro, que tinha servido no Oitavario da Sagração daquelle sumptuoso Templo” (16). Mais explícito, informa Fr. Cláudio da Conceição: “Nas ilhargas do plano do Altar [mor], tem duas magnificas portas (...). Sobre ellas duas tribunas, huma sobre a

---

(13) Cf. Germain Bazin, *Les Palais de La Foi, le monde des monastères baroques*, 1980, I, p. 8-10 e 67-68.

(14) Comte A. Raczyński, *Les Arts en Portugal*, Paris, 1846, p. 337.

(15) Veja-se Manoel Pereira da Costa, *Calliope Sacra, que em doze sonetos á Real Fundação do Convento de Mafra consagra reverente á Magestade Augusta, e Fidelissima delRey D. Joseph I. nosso senhor...*, soneto I (publ. António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 339), Lisboa, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Miscelâneas, n. 6795, 1753.

(16) **Relação da plausível jornada, que Suas Magestades Fidelíssimas com toda a Família Real fizeram ao seu magnífico Convento de Mafra, pela festividade do grande patriarca S. Francisco, neste anno de 1750**, s.l., p. 4.

outra com sacada para fora de balaustres azues, entre pilares brancos. Destas tribunas presencêam as Pessoas Reaes os Divinos Officios; fazendo caminho para ellas do seu Palacio, por hum corredor, mettido no interior das paredes da Igreja, pois são tão grossas, que dentro em si encerrão algumas casas de tanta capacidade, que dentro dellas se recolhia ElRei, em algumas occasiões a descançar, quando determinava voltar para a tribuna a presenciar alguma função do Culto Divino” (17).

No extremo oposto, abre-se para a Basílica, numa emulação quase obsessiva por S. Pedro de Roma, a sumptuosa **Casa de Benedictione**, ela própria um ponto alto do meticuloso percurso ideológico que enforma toda a construção. Erguida sobre a galilé, no eixo perspéctico da grande nave, sumptuosa nos seus mármore de variegadas cores, constitui a dupla tribuna, donde os monarcas e a real família, alcandorados sobre o vão enorme da Basílica, assistem ao lento desenrolar da liturgia; mas também donde se oferecem à extasiada admiração das multidões que, na imensa praça, aguardam a sua aparição no evocativo quadro da *janela da benção*, autêntica varanda das aparições, que cristaliza, através do omnipresente apelo à Roma pontifícia, referências milenares de origem faraónica (18).

Constitui, além disso, o ponto de fusão dos Palácios do Rei e da Rainha que, flanqueando o templo, se alongam a um e outro lado. Consagram, de facto, arquitectonicamente, a estrutura institucional que representam: rigorosamente idênticos, no que respeita à sua organização e funcionamento são, contudo, *distintos*, como as **Casas** dos soberanos às quais lhes compete fornecer plástica expressão, ilustrando, na sua sábia articulação, a característica rigidez da estrutura doméstica do **Ancien Régime**, de separação das dependências privadas dos esposos, como das respectivas existências: unidos por conveniências sociais e de perpetuação da estirpe, encontram-se apenas nas salas de recepção que constituem a imagem pública do casal (19). No interior do Real Edifício de Mafra, o Rei e a Rainha, consorciados por razões de Estado, reúnem-se também em face do seu público. Simbolicamente, porém, as residências dos soberanos têm, na **Casa de Benedictione**, o seu mais importante ponto de contacto. Sob esta, abrigar-se-ia, porém, o nartex, ao qual se

---

(17) **Op. cit.**, t. VIII, p. 339-340.

(18) Sobre as origens faraónicas da varanda das aparições a sua sucessiva recuperação pela Roma imperial e pontifícia e pelas estruturas áulicas francesas no tempo de Luis XIV, veja-se Albert E. Elsen, Barbara Miller Lane e Stanislaus Von Moos, **La arquitectura como simbolo de poder**, Barcelona, 1975, p. 39-40 e 51.

(19) Cfr. Norbert Elias, **A sociedade de corte**, Lisboa, 1987, p. 26-27. Adquire o maior interesse constatar a repetição do esquema distributivo dos aposentos régios no Palácio de Vendas Novas (veja-se Túlio Espanca, **Inventário Artístico de Portugal - Distrito de Évora**, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1975, I, p. 132) e mesmo no palácio-fonte de Sto. Antão do Tojal, erguido pelo 1º Patriarca D. Tomás de Almeida (veja-se José Fernandes Pereira, **A acção artística do primeiro Patriarca de Lisboa**, tese de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1986, p. 51, 62 e 80-81).

reservava uma função iniciática em relação à grande nave onde iria ter lugar a liturgia incensatória do poder, constituindo, simultaneamente, a entrada simbólica que permitiria aceder ao significado último de todo o edifício.

Outros segredos, contudo, parece ainda ocultar o esplêndido vestíbulo que precede a Basílica Real e dizem respeito ao destino funerário que lhe foi, desde o início, reservado. Efectivamente, sob o seu pavimento e sob o patim superior da magnífica esplanada que o antecede, albergam-se as duas casas que constituem o antigo carneiro dos frades franciscanos (20), escassamente iluminado por postigos abertos na fachada (na base dos nichos que abrigam as estátuas de Santa Clara e Santa Isabel da Hungria) e por pequenas frestas rasgadas nos próprios degraus da escadaria. Utilizado até 1771, ano em que D. José I ordena a substituição dos Arrábidos pelos cónegos de Santo Agostinho, a ele se acede através das portas gradeadas que divisam na base das torres ou do pátio que circunda o templo (21). Na verdade, são os sumptuosos frades de S. Vicente de Fora que, por considerarem o jazigo franciscano demasiado humilde ou, tão só, para que os seus restos mortais se não confundissem com os da anterior comunidade, decidem destinar para esse efeito o corredor fronteiro à Capela do Campo Santo (22), prevista desde a fundação para que aí fossem rezados os ofícios de corpo presente sufragando as almas dos religiosos falecidos nas enfermarias (23).

- 
- (20) Veja-se Fr. João de Santana, **Real Edifício Mafrense visto por fora, e por dentro ...**, Mafra, 1828, ms. , Biblioteca do Palácio Nacional de Mafra, res., p. 50, Joaquim da Conceição Gomes, **Descrição minuciosa do Monumento de Mafra ...**, Lisboa, 1871, p. 28 e Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, **Mafra**, in **Diccionario Historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico**, Lisboa, 1909, IV, p. 718. Também o anónimo autor do ms. poético **Relação das Riais Obras de Mafra** [Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, ms. n.º 3029 (publ. António Filipe Pimentel, **op. cit.** p. 361-379)] escreve em versos de repentista. “Por bacho dela [da escadaria] esta/Aqui logo no prensipio/Donde se enterrão os frades/Que morrem la no espisio”.
- (21) De facto, tudo indica mesmo que fosse a sua construção (ou ampliação em face do aumento da lotação conventual), a causa de que se refizesse a escadaria em 1730. Veja-se António Filipe Pimentel, **op. cit.**, p. 183.
- (22) Cf. Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, **op. cit.**, p. 718.
- (23) Fr. João de S. José Prado, **Monumento Sacro da fabrica, e solemniissima sagração da santa Basílica do real convento... de Mafra...**, Lisboa, 1751, p. 122. Efectivamente, a Capela do Campo Santo dispõe de duas tribunas, comunicando uma directamente com a enfermaria anexa e a outra indirectamente, através do patim da escadaria que desce para o corredor das aulas e de um outro corredor que passa entre a capela e o pátio adjacente à galeria dos convalescentes, no sentido oposto comunica com o chamado corredor dos frontais ou de S. Pedro de Alcântara e, a partir deste, com a Basílica, através da capela colateral do lado do Evangelho, da mesma invocação. Por aqui [ou pelo trajecto alternativo (corredor das aulas/escadaria sul/corredor da sacristia/Capela da Imaculada Conceição)] passava a comunidade quando se pretendia dirigir à Basílica, servindo igualmente para, em sentido inverso, transportar processionalmente o Sagrado Viático aos doentes. A Capela do Campo Santo tinha ainda por finalidade permitir aos convalescentes, impossibilitados de se deslocarem à Basílica, a assistência (a partir da sua tribuna privativa) aos ofícios divinos. Quanto ao seu destino funerário, tudo indica que nele tenha prosseguido mesmo depois do regresso dos Arrábidos, abandonando-se definitivamente o primitivo carneiro sob a galilé, como se infere dos escritos dos últimos cronistas franciscanos (veja-se



Outros dados, contudo, fornecem ainda fontes contemporâneas, que inequivocamente redobram o interesse da questão. Efectivamente, se acreditarmos nas palavras do padre mestre Fr. António de Santa Ana, que em 8 de Agosto de 1750 proferia, em Mafra, a oração fúnebre nas solenes exéquias de D. João V, o monarca fundador teria chegado a afirmar “não huma, mas multiplicadas vezes, que queria que o seu corpo fosse sepultado neste Real Convento entre estes seus filhos menores”, afirmando “repetidas vezes a vontade de o seu Real corpo os acompanhar depois de morto” (24). Como é sabido, o desejo régio - se realmente existiu - não seria jamais concretizado. O eminente franciscano insinua que “ocorrerão justíssimas causas, que obviarão a sua execução” (25) e os despojos mortais do soberano seguiriam, como os dos seus antecessores, o caminho do panteão real de S. Vicente. Mas não restam dúvidas de que o estabelecimento de um mausoléu dinástico constituiria o remate perfeito de um edifício onde se pretendia consubstanciar toda uma teoria do poder e que, de resto, desde a sua origem se ligara intimamente à perpetuação da própria dinastia.

Onde dispôr, porém, os túmulos reais? Um silêncio profundo parece pesar sobre este assunto, a respeito do qual um único autor refere - e sem que, até ao momento, tenha sido possível localizar os documentos em que se baseia - que “se destinavam a panteão da Casa de Bragança, até hoje ainda não aproveitadas para esse fim”, as duas enigmáticas dependências que se alongam a norte e a sul da galilé, conhecidas pelo nome de **Casa da Via Sacra** e que dispõem de comunicação com os palácios através das respectivas escadarias principais (26). Seria assim? Não é fácil, por ora, afirmá-lo sem equívocos. Mas não deixa de causar estranheza a completa ausência de referências que, em roteiros tão minuciosos como os elaborados por Fr. João de S. José do Prado ou Fr. Cláudio da Conceição, se constata em relação a dois espaços arquitectónicos aos quais, não obstante, manifestamente se pretendeu conferir especial realce.

Deve, porém, ser realmente antiga a designação de **Casa da Via Sacra** com que, por regra, aparecem referidas. Sabemos, com efeito, que em 25 de Novembro de 1736 - três anos após a conclusão das obras de construção da Basílica -, a Venerável Ordem Terceira da Penitência fixava a via sacra no átrio

---

Fr. Cláudio da Conceição, **op. cit.**, t. VIII, p. 392-393) e parece mesmo que já anteriormente teria sido utilizada com esse fim, no caso de membros ilustres da comunidade, como seria o bispo de Macau, o franciscano Fr. Hilário de Santa Rosa, que aí é sepultado em campa rasa em 1764 (cf. Guilherme José Ferreira de Assunção, **Mafra: efemérides do concelho**, Mafra, 1967, p. 70).

(24) **Oração fúnebre, nas reaes exéquias, que celebrarão os religiosos da santa província da Arrábida no Real Convento de Nossa Senhora e Santo António junto à villa de Mafra, à saudosa memoria do Serenissimo e Fidelissimo Senhor Rei D. João V...**, Lisboa, 1750, p. 19-20 e 22.

(25) **Idem, ibidem**, p. 22.

(26) **Mafra**, in **Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira**, Lisboa-Rio de Janeiro, VII, 1985, p. 879.

do templo e nas duas casas adjacentes (27) e, quase um século volvido, Fr. João de Santana confirma que se mantém o hábito: aí eram colocadas as cruzes da via sacra, a fim de que os Terceiros de S. Francisco e outros crentes a pudessem correr nos Domingos da Quaresma e 6ª Feira da Paixão, sendo a primeira e última estações dentro da Igreja (28). De resto, ainda hoje se podem admirar, suspensas das paredes nuas das duas Casas, as modestas cruzes de pau que assinalam a devoção. Quanto às do átrio, terão sido banidas há muito por macularem o esplendor marmóreo da galilé...

Na realidade, somos levados a crer que a afectação desta zona ao percurso dos passos da Paixão terá revestido, na origem, um carácter puramente provisório, que a indefinição do destino a dar às duas dependências converteria, posteriormente, em definitivo. A exiguidade do espaço disponível, obrigando a que duas das estações fossem cumpridas no interior do templo, tal como a humildade das pequenas cruzes devocionais parece, efectivamente, confirmar a reutilização de um espaço previsto inicialmente para outras funções. O mesmo se diga do tratamento decorativo imposto a essas dependências e que, na verdade, as converte no único local onde, em todo o imenso complexo arquitectónico, inegavelmente se detectam singulares hesitações, mas no qual, apesar disso, é impossível não pressentir a existência de uma clara - ainda que desconhecida - intencionalidade.

De facto, não pode haver dúvidas de que as duas salas - que ocupam no alçado uma posição intermédia em relação aos pisos em que se estrutura o restante edifício escapando, por esse motivo, ao nexos que estabelece o traçado geral da sua planta (29) - são concebidas, desde a sua origem, como parte

---

(27) Guilherme José Ferreira de Assunção, **op. cit.**, p. 56.

(28) **Op. cit.**, p. 241.

(29) Efectivamente, as Casas da Via Sacra participam da implantação especial da Basílica, em cujo plano se situam. Esta, ergue-se, não no andar térreo, como sistematicamente surge representada nas plantas, mas num plano intermédio, que origina a criação, na perpendicular das Casas, de dois sectores paralelos de mezaninos, imediatos às torres, subtilmente disfarçados ao nível da fachada e com acesso através dos patamares intermédios das escadarias, a fim de permitir a ligação com os palácios até ao nível do andar nobre, que corre já livremente em toda a volta do Paço. Aí se dispunham três quartos de cada lado, destinados aos criados particulares (cf. Fr. Cláudio da Conceição, **op. cit.**, t. VIII, p. 326-327), encontrando-se hoje no lado norte instalada a Direcção do Palácio. É este o vício de todas as representações planimétricas de Mafra, começando pelas que Amâncio José Henriques realizou, por ordem de D. João VI, em 1827 e cuja origem Fr. João de Santana explica: "Ainda que a Igreja verdadeiramente não deve ser desenhada na Planta terrea, por estar o seu pavimento 19 palmos mais elevado que o da praça, e cazas terreas de todo o Edifício, comtudo, como o Author das plantas, quando fez a terrea, não tencionava, fazer mais alguma, julgou necessario designa-la na Planta terrea, para que nesta se fizesse menção de um Templo tão magnifico, e magestoso, e que alem disto he a parte principal do Edificio. Porem, como o Author, depois de feita a planta terrea, se resolveu a fazer o segundo andar, desenhou nella novamente a Igreja, com a sacristia e mais cazas que ficão no mesmo andar" (**op. cit.**, p. 49).

integrante do complexo sacral definido pela Basílica e seus anexos, na imediata dependência da galilé, através da qual se estabelece o seu principal acesso. Riquíssimas grades de ferro e bronze, idênticas às que vedam o próprio nartex ou o dividem dos seus prolongamentos na base das torres, permitem visionar o seu interior. Adquirem porém, agora, a configuração de verdadeiras *portas* que garantem a absoluta privacidade desses recintos, cuja estrutura arquitectónica é, aliás, deliberadamente autónoma em relação ao átrio que os precede. Tudo se opõe, portanto, à noção de continuidade que exigiria a previsão de que nesse eixo se estabelecesse a devoção da via sacra e, na verdade, o aspecto oferecido internamente pelas duas *Casas* não pode ser mais surpreendente.

Com efeito, se o pavimento axadrezado azul e branco propõe uma ligação com a galilé, como seria de esperar e as belíssimas grades dos portais, com os seus ornatos outrora reluzentes, faziam prever, a superfície caiada do reboco que reveste paredes e abóbodas, modelada apenas a lioz em rodapés, sancas e cunhais, produz o mais violento contraste com a sumptuosidade quase opressiva do nartex que as antecede. De resto, mesmo o tratamento arquitectónico do espaço não deixa de ser peculiar: um nicho enorme e deserto ocupa, em ambas, a parede oposta à da entrada, conferindo-lhes uma equívoca aparência de *capelas* onde a inexistência de ofícios dispensasse a erecção de altar, enquanto as paredes, deixadas livres pela situação particularmente alta das janelas (30), se recortam em profundos vãos que, na verdade, não parecem impor-se senão pela vontade de lhes outorgar um fim particular.

Estaremos em presença dos recintos funerários ideados pelo Magnânimo para a sua dinastia? Tudo leva a crer que sim. Na realidade, a prática de sepultar em S. Vicente de Fora os descendentes do Restaurador, consagrada embora pela tradição, não apenas não revestira nunca um carácter de expressa obrigatoriedade (ao menos no que respeitava às reais consortes), como não motivara mesmo, até então, a constituição de um verdadeiro panteão onde, com a necessária dignidade, se depositassem os restos mortais dos príncipes da sua Casa, facto que apenas viria a suceder em meados do século XIX, por iniciativa de D. Fernando II, que para esse fim aproveitou dependências deixadas vagas

---

(30) A situação, em plano intermédio, das **Casas da Via Sacra** e as necessidades de regularização da fachada, obrigando a nivelar as suas janelas com as do 1º andar do Paço, explica que estas se rasguem junto ao nascimento das respectivas abóbodas, facto que, todavia, poderá igualmente ter sido deliberado, em função da utilização prevista para esses espaços. Veja-se nota **supra**.

pela extinção do mosteiro (31). Neste contexto, é bem provável que a ideia da criação de um mausoléu dinástico tivesse aflorado a mente do monarca, num momento em que a Coroa se preocupava, como nunca anteriormente, em explorar, na sua máxima extensão, o conjunto dos mecanismos imagéticos que permitiam reforçar o seu poder. E Mafra constituiria, indubitavelmente, pela densidade da carga ideológica com que, meticulosamente, se procuraria impregnar todo o monumento, o local perfeito para o colocar.

Que o soberano tivesse chegado a expressar a vontade de aí vir a ser sepultado, é difícil duvidar em face do tom peremptório adoptado por Fr. António de Santa Ana em matéria de tanta gravidade. O carácter público que reveste a sua afirmação, imediatamente dada à estampa, com todas as licenças necessárias e proferida em plenas exéquias solenes, na presença de um numeroso e escolhido auditório, bem como as responsabilidades que detinha em função dos cargos públicos que ocupava (32), não são compatíveis com uma insinuação leviana destinada apenas a reforçar o prestígio do cenóbio a que pertencia. E, a ser assim, não restam dúvidas de que as Casas da Via Sacra se perfilam como o local adequado para o estabelecimento do duplo panteão (dos Reis e das Rainhas), integrando, com o jazigo monástico que se abriga sob a galilé, um complexo funerário que inegavelmente viria completar o programa simbólico do monumento, vincando ainda mais o seu amplíssimo e transcendente significado.

---

(31) Efectivamente, deve-se a D. Fernando II, levado pelo desejo de dignificar o local de sepultura de sua esposa, a Rainha D. Maria II, o arranjo de um verdadeiro panteão real para os monarcas e príncipes da Casa de Bragança, utilizando para o efeito o antigo refeitório do Mosteiro de S. Vicente de Fora, remodelado em finais de 1853 pelo arquitecto José da Costa Sequeira. Respeitando os elementos arquitectónicos preexistentes, limitar-se-ia a vincá-los com cantarias de pedra lioz, transferindo-se então da igreja o rico mausoléu de mármore de D. João IV, fundador da dinastia, a colocando-se ao longo das paredes e ao centro as essas com as urnas (algumas com tampas de vidro) dos restantes soberanos e príncipes da Casa Real - parte dos quais trasladados de outro locais - e, no vestíbulo, os túmulos dos duques de Saldanha e da Terceira, heróis do Liberalismo. Já no presente século, em 1932-33, o panteão seria ainda remodelado sob a direcção de Raúl Lino, encerrando-se então em arcas de mármore os caixões de madeira que continham os despojos reais e, em túmulos monumentais realizados por subscrição pública, ocupando o centro do panteão, os restos mortais de D. Carlos I, da Rainha D. Amélia de Orleans, do Príncipe Real D. Luís Filipe e do último monarca, D. Manuel II (veja-se Generalidades, Lisboa e Arredores, apres. e not. de Sant'Anna Dionísio, in Raúl Proença, **Guia de Portugal**, I, Lisboa, 1982 e José Teixeira, **D. Fernando II, Rei-Artista, Artista-Rei**, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1986, p. 348-350).

(32) Fr. António de Santa Ana era, além de filho menor da província da Arrábida, ex-leitor de Prima de Teologia e de Sagrada Escritura no Real Colégio de Mafra, qualificador do Santo Ofício, consultor da Bula da Santa Cruzada, examinador das três Ordens Militares e do Priorado do Crato, penitenciário geral da Ordem Seráfica e, ao tempo, definidor da sua Província, como se pode constatar através do frontispício da Oração Fúnebre.

A ocorrência de “justíssimas causas, que obviarão a sua execução” e onde não é difícil descortinar a oposição com que perpetuamente se debatem os intentos reformistas do monarca levaria, porém, a adiar eternamente a conclusão desses recintos, que receberiam apenas um acabamento sumário e manifestamente provisório. De resto, mesmo a Basílica não estaria concluída antes de 1733 (33) e, em todo o edifício, as obras prolongar-se-iam até 44, ano em que realmente, seriam dados por findos os trabalhos, embora com inúmeros detalhes por terminar. Quanto ao monarca, encontrava-se desde 42 atacado de paralisia e, desde então, como refere Fr. José Pereira, “o Snr. Rey D. João 5º por cauza da sua molestia frequentava muitas poucas vezes este Real Convento de Mafra, motivo porq. ficarão muitas cousas por acabar” (34). No ocaso da vida, o **Magnânimo** não disporia já de forças para vencer as resistências necessárias à execução de um tal projecto e o mausoléu real ficaria para sempre, como tantos dos seus sonhos, no campo das aspirações irrealizadas.

Compreende-se agora, todavia, o contraste violento estabelecido pela galilé, não apenas com o exterior luminoso da gigantesca praça que antecede o monumento, mas com o carácter festivo apresentado pela Basílica, com o seu revestimento marmóreo de suave policromia, do qual, no piso superior, a **Casa de Benedictione** igualmente participa. Deliberadamente decorado em “cores sóbrias e penitenciais”, como já foi notado (35), o nartex funciona como antecâmara da grande nave onde irá desenrolar-se a liturgia sacralizadora do poder; mas também como um espaço autónomo, com a sua íntima coerência que, numa oposição eminentemente barroca, permanentemente recorda aos visitantes que a morte não é mais que o outro lado da vida (36).

E é, provavelmente, a dimensão especialmente significativa desse espaço, que levaria Ludovice a adoptar, na ordenação da fachada, uma solução inteiramente inovadora e para a qual, como reconhecem os principais historiadores que se debruçaram sobre o tema, a arquitectura italiana não fornecia precedentes: ao invés da ordem colossal proposta por Maderno em S. Pedro de Roma, duas ordens de colunas monolíticas - jónicas no piso inferior e compostas no superior - suplinham a dupla funcionalidade desse alçado, que engloba o Palácio e a Basílica. No registo inferior, porém, a colocação isenta das enormes colunas,

---

(33) Veja-se António Filipe Pimentel, *op. cit.*, p. 181-187.

(34) **Compendio das couzas mais notaveis do real Convento de Mafra**, ms, s.l., s.d., Biblioteca Pública e Arquivo de Évora, cod. CX/1-6, fl. 20.

(35) José Fernandes Pereira, **Arquitectura Barroca em Portugal**, Lisboa, 1986, p. 62.

(36) Veja-se sobre este assunto António Filipe Pimentel, **Vivência da morte no tempo do barroco: tumulária portuguesa dos séculos XVII e XVIII**, in **I Congresso Internacional do Barroco**, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, 1991, v. II.

inspirada em modelos antigos como o arco romano de Septímio Severo (37), confere-lhes uma aparência particularmente sugestiva de sentinelas, postadas hirtas em defesa do oculto significado que todo o edifício encerra (38).

Flanqueada pelas torres, a Basílica ocupa o centro do imponente alçado. É ela o mais prestigioso emblema do poder, ao mesmo tempo que a própria fonte da sua nova dimensão sacral. Sintomaticamente, porém, como em S. Pedro, o Palácio interpõe-se entre o observador e o templo sublinhando, uma vez mais, a estreita dependência em que se encontra (39) e a fachada, que alberga a galilé e a **Casa de Benedictione**, unindo os dois braços da régia residência, constitui o seu ponto de fusão e oculta, voluntariamente, o espaço eclesial, no interior insondável da cidade. Aí, como um farol erguido sobre o mar, eleva-se o zimbório, elegantíssimo, irradiando uma mensagem de autoridade universal (40).

Dissolvida, deste modo, no organismo multimodo do Estado, reconhecia Aarão de Lacerda que “a igreja, que devia destacar-se, perde-se um tanto no conjunto”; adquiria, porém, em contrapartida e como ele próprio confessava, a configuração eloquente do “frontespício de um alçáçar” (41); e esse facto não parece ter passado despercebido a Courtills quando utiliza a seu respeito a curiosa designação de “pavillon du milieu” (42). Mas, sobretudo, perfila-se como uma criação ímpar, que resume, no seu complexo ordenamento, a mensagem que se procurou transmitir através de um edifício que constitui, inequivocamente, um dos mais fascinantes produtos do barroco europeu.

---

(37) Cf. Aurora Scotti, *L'attività di Filippo Juvara a Lisbonna alla luce delle piu recenti interpretazioni critiche della sua architettura con una appendice sui rapporti Roma-Lisbona* in *Colóquio*, Artes, n. 28, Lisboa, 1976, p. 57-58. Veja-se também sobre este assunto Robert C. Smith, *João Frederico Ludovice an eighteenth century architect in Portugal*, in *Art Bulletin*, 28, n. 3, Chicago, 1936, p. 312-317.

(38) Valerá a pena recordar aqui as palavras de Giulio Carlo Argan a propósito da utilização da coluna na arquitectura barroca: “Ramenés à une fonction purement représentative, les éléments architectoniques classiques acquièrent un degré d'évidence beaucoup plus élevé. Voilà pourquoi les éléments de l'architecture baroque nous paraissent grandioses, pesants, pléthoriques. Ils doivent imposer à la vue le caractère “monumental” de l'édifice, en manifester la signification idéologique, le contenu allégorique. Composante de la statique du monument, la colonne est un soutien dont la forme, la dimension et la fréquence étaient déterminées par le caractère des poids en jeu. Depuis l'antiquité, cette fonction statique avait son équivalent idéologique: la colonne était l'image de la stabilité, de l'immutabilité. Mais dès lors que le grand problème de l'Eglise concerne la stabilité d'un dogme menacé, la colonne devient le symbole de la fermeté de la foi. Moins l'intention statique est requise pour justifier la présence des colonnes, plus leur signification symbolique est évidente. (...) Plus que des symboles, elles sont des emblèmes, des signes distinctifs, des enseignes” (*L'âge baroque*, Genève, 1989, p. 101).

(39) Cf. Victor L. Tapié, *Barroco e classicismo*, Lisboa, 1974, I, p. 90.

(40) Veja-se Germain Bazin, *op. cit.*, I, p. 107; Giulio Carlo Argan, *op. cit.*, p. 46; *Arte y Humanismo*, Madrid, 1978, p. 127.

(41) *Arte*, in Damião Peres (dir. de), *História de Portugal*, Barcelos, 1934, VI, p. 570 e 572.

(42) Albert-Alain Bourdon, *Notes à la “Description de Lisbonne” du chevalier des Courtills*, in *Bulletin des Études Portugaises*, nouvelle série, t. 26, Lisboa, 1965, p. 148.